

Demonstrações
Financeiras em
30 junho 2022

inter dtvm

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e Diretores da

Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022 elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor



adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG


João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2

Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
 Balanços patrimoniais em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro de 2021
 (Valores expressos em milhares de Reais)

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Passivo</u>	<u>Nota</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades	4	34.774	20.414	Obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país	10	105.166	98.865
Instrumentos financeiros		338.213	333.483	Captações no mercado aberto	11	172.980	166.500
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	175.951	189.459	Outros passivos financeiros	12	49.736	52.281
Títulos e valores mobiliários	6	119.148	103.247				
Outros ativos financeiros	7	43.114	40.777				
Créditos tributários	8	342	227	Total do patrimônio líquido	13	63.944	50.564
Imobilizado		20	24	Capital social		25.000	25.000
Intangível	9	17.398	12.887	Reserva de lucros		38.944	25.564
Outros ativos		1.079	1.175				
Total do ativo		<u>391.826</u>	<u>368.210</u>	Total do passivo		<u>391.826</u>	<u>368.210</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Demonstrações de resultados
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Receitas da intermediação financeira			
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.976	42
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	12.580	4.639
		14.556	4.681
Despesas da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado		(955)	-
Operações empréstimos e repasses		(6.302)	(867)
		(7.257)	(867)
		7.299	3.814
Resultado bruto da intermediação financeira			
Outras receitas (despesas) operacionais			
Rendas de prestação de serviços	14	36.333	15.254
Despesas de pessoal	15	(6.553)	(3.088)
Outras despesas administrativas	16	(17.854)	(14.684)
Despesas tributárias		(3.736)	(1.733)
Outras receitas operacionais	17	10.445	4.153
Outras despesas operacionais	18	(2.024)	(1.195)
		16.611	(1.293)
		23.910	2.521
Resultado operacional			
Resultado antes da tributação sobre o lucro			
		23.910	2.521
Provisão para imposto de renda	19	(6.038)	(419)
Provisão para contribuição social	19	(4.256)	(265)
Ativo fiscal diferido		116	-
		(10.178)	(684)
		13.732	1.837
Resultado do semestre			
Resultado por quota - R\$		0,54928	0,07348
Quantidade de quotas		25.000	25.000

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Demonstrações de resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado líquido do semestre	13.732	1.837
Outros resultados abrangentes do semestre		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	-	(795)
Total de resultados abrangentes do semestre	<u>13.732</u>	<u>1.042</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	25.000	392	3.951	(40)	-	29.303
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.837	1.837
Destinações propostas:						-
Constituição de reserva legal	-	92	-	-	(92)	-
Reserva Estatutária	-	-	1.745	-	(1.745)	-
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	(795)	-	(795)
Saldos em 30 de junho de 2021	25.000	484	5.696	(835)	-	30.345
Mutações do período	-	92	1.745	(795)	-	1.042
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.000	1.453	24.111	-	-	50.564
Resultado do semestre	-	-	-	-	13.732	13.732
Destinações propostas:						-
Constituição de reserva legal	-	687	-	-	(687)	-
Reserva Estatutária	-	-	13.045	-	(13.045)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(352)	-	-	(352)
Saldos em 30 de junho de 2022	25.000	2.140	36.804	-	-	63.944
Mutações do período	-	687	12.693	-	-	13.380

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Elaborada pelo método indireto	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Atividades operacionais		
Resultado líquido	13.732	1.837
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(10.294)	684
Impostos diferidos	116	-
Depreciações e Amortizações	1.534	273
Varição de ativos e passivos		
Aumento (Redução) Aplicações interfinanceiras de liquidez	(9.492)	(10.998)
(Aumento) Redução Títulos e valores mobiliários para negociação	(15.901)	(1.964)
(Aumento) Redução Outros ativos financeiros	(1.287)	(1.737)
(Aumento) Redução Crédito tributário	(231)	303
(Aumento) Redução Outros ativos	(954)	(99)
Aumento (Redução) Captações no mercado aberto	6.480	10.847
Aumento (Redução) Obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país	6.301	65.862
Aumento (Redução) Outros passivos financeiros	2.464	21.383
Caixa líquido (aplicado)/gerado em atividades operacionais	(7.533)	86.391
Impostos e Contribuição Social Pagos	8.343	(684)
Atividades de investimentos		
Alienação de investimentos	-	(1)
Aquisição de intangível	(9.099)	(4.532)
Alienação de Intangível	-	-
Aumento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	1.229.434
Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	(1.286.062)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(9.099)	(61.161)
Atividades de financiamentos		
Juros sobre o capital próprio pagos	(352)	-
Caixa líquido utilizado de atividades de financiamentos	(352)	-
Aumento (redução) das disponibilidades	(8.641)	24.546
Caixa e equivalentes no início do período	43.415	21.492
Caixa e equivalentes no fim do período	34.774	46.038
Aumento (redução) das disponibilidades	(8.641)	24.546

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Demonstrações do valor adicionado
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
1. Receitas	59.310	22.893
1.1 Intermediação financeira	14.556	4.681
1.2 Prestação de serviços	36.333	15.254
1.6 Outras receitas/despesas operacionais	8.421	2.958
2. Despesas da intermediação financeira	7.257	867
3. Materiais e serviços adquiridos de terceiros	16.258	14.359
3.1 Materiais, energias e outros	9.027	3.674
3.2 Serviços de terceiros	7.231	10.685
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	35.795	7.667
5. Retenções	(1.534)	(273)
Depreciações e amortizações	(1.534)	(273)
6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4+5)	34.261	7.394
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	34.261	7.394
9. Distribuição do valor adicionado	34.261	7.394
9.1 Pessoal e encargos	5.858	2.673
Remuneração direta	4.827	2.149
Benefícios	836	403
FGTS	195	121
9.2 Impostos, contribuições e taxas	14.608	2.831
Federais	13.431	2.196
Municipais	1.177	635
9.3 Aluguéis	63	53
9.6 Resultado retido no semestre	13.732	1.837

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Instituição”, “Inter DTVM Ltda.” ou “IDTVM”) iniciou suas atividades em novembro de 2013, tendo como objetivo principal atuar no mercado financeiro na intermediação de colocação de títulos e valores mobiliários.

A Instituição foi autorizada a funcionar em 9 de outubro de 2013 de acordo com a manifestação do Banco Central do Brasil.

A empresa opera por meio da Plataforma Aberta Inter (PAI), onde oferece um portfólio diversificado de produtos de renda fixa emitidos por outros bancos, como LCIs, CDBs e ativos de crédito privado como CRIs, CRAs, debêntures, e também com o Home Broker Inter, uma plataforma digital onde os correntistas podem comprar e vender ações diretamente pelo app da conta digital, sem taxa de custódia ou corretagem.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são:

Resolução nº 3.566/2008 – Redução ao valor recuperável de ativos – CPC 01 (R1);

Resolução nº 4.524/2016 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – CPC 02 (R2);

Resolução nº 3.604/2008 – Demonstração dos fluxos de caixa – CPC 03 (R2);

Resolução nº 4.534/2016 – Ativo intangível – CPC 04 (R1);

Resolução nº 3.750/2009 – Divulgação sobre partes relacionadas – CPC 05 (R1);

Resolução nº 3.989/2011 – Pagamento baseado em ações – CPC 10 (R1);

Resolução nº 4.007/2011 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – CPC 23;

Resolução nº 3.973/2011 – Eventos subsequentes – CPC 24;

Resolução nº 3.823/2009 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – CPC 25;

Resolução nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico – CPC 00 (R2);

Resolução nº 4.535/2016 – Ativo imobilizado – CPC 27;

Resolução nº 4.424/2015 – Benefícios a empregados – CPC 33 (R1).

Resolução nº 3.959/2019 – Resultado por ação – CPC 41;

Resolução nº 4.748/2019 – Mensuração do Valor Justo – CPC 46;

Resolução CMN nº 4.924/2021 – Receita de Contrato com Cliente – CPC 47.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

a. Autorização de emissão das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 12 de agosto de 2022.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Instituição e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Além disso, há também incertezas relacionadas a premissas e estimativas no reconhecimento de ativos fiscais diferidos, uma vez que é requerida a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

3 Principais políticas contábeis

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Apuração de resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

A IDTVM reconhece a receita usando um modelo de cinco etapas, conforme segue:

- **Etapa 1** - Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- **Etapa 2** - Identificar as obrigações de desempenho estabelecidas em cada contrato;
- **Etapa 3** - Determinar o preço da transação de acordo com os termos contratuais. Se um contrato incluir uma contraprestação variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, aplicando a restrição;
- **Etapa 4** - Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho no contrato com base no seu preço de venda independente. O preço de venda individual do serviço é o preço pelo qual o Grupo venderia um serviço separadamente a um cliente de maneira segregada. A melhor evidência de um preço de venda individual é o preço observável de um serviço quando o Grupo

vende esse serviço separadamente em circunstâncias similares e para clientes similares. Caso o serviço não for vendido a um cliente separadamente, o preço de venda individual é estimado usando um método apropriado. Ao estimar um preço de venda individual, todas as informações (incluindo condições de mercado) disponíveis são consideradas e o uso de dados observáveis é maximizado;

- **Etapa 5** - Reconhecer a receita no momento que (ou à medida em que) a empresa cumprir uma obrigação de desempenho (por exemplo, o serviço é prestado de forma efetiva);

As receitas significativas são:

- Administração de fundos geram taxas de administração e performance. As taxas de administração são reconhecidas conforme o serviço é prestado em cada período. As taxas de performance são variáveis e reconhecidas ao final de cada período de performance, quando for altamente provável que uma reversão significativa não ocorra posteriormente;
- As rendas de comissões e colocação de títulos referem-se à intermediação de serviços. As receitas são reconhecidas quando o serviço de intermediação é prestado, momento em que a obrigação de desempenho é cumprida. O preço da transação é o valor contratual que, geralmente, é uma porcentagem do valor do valor da transação.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução BACEN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na nota nº 4.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. A Instituição possui papéis classificados em:

- **Títulos para negociação:** Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

g. Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto, principalmente, por: (i) Direitos de uso, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (ii) Softwares e intangíveis desenvolvidos internamente amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

h. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 10% para: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, e 20% para sistema de processamento de dados.

i. Redução do valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Anualmente, sempre na mesma época, a Instituição avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo.

Se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

j. Tributos

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

	Alíquotas até 30/06/2021	Alíquotas a partir de 01/07/2021 até 31/12/2021	Alíquotas a partir de 01/01/2022 até 31/07/2022	Alíquotas a partir de 01/08/2022
Tributos sobre o lucro				
Imposto de Renda	15%	15%	15%	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%	10%	10%	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%	25%	20%	21%
Outros impostos				
PIS/PASEP	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%
COFINS	4%	4%	4%	4%
ISS	Até 5%	Até 5%	Até 5%	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base.

A Medida Provisória nº 1.034, com vigência a partir de 01 de março de 2021, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para Instituições Financeiras em 5% (cinco por cento), sendo 25% até o dia 31 de dezembro de 2021. Referida majoração acarretou ajuste para os saldos de ativos e passivos diferidos de CSLL utilizados sob novas regras produzindo efeitos a partir de 01 de julho de 2021, respeitado o princípio da noventena constitucional. Não obstante, tendo em vista o encerramento da vigência da legislação supramencionada, os créditos tributários relacionados à majoração de alíquota de CSLL foram baixados em 31 de dezembro de 2021, de forma que estão constituídos à alíquota prevista para sua realização, 20%.

Em 28 de abril de 2022 foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, que prevê o aumento em 1% da alíquota de CSLL aplicável às instituições financeiras, a partir de agosto do mesmo ano. Neste sentido, os créditos tributários cuja realização está prevista para o período compreendido entre agosto de 2022 e dezembro de 2022 foram constituídos à alíquota de 21% para fins de CSLL.

(i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos demonstrações financeiras para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias que não afetem nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que o Inter seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

k. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

l. Captações no mercado aberto

Captações no mercado aberto são consideradas pelo valor das exigibilidades na data das demonstrações financeiras, já considerando os encargos aplicáveis, e reconhecidas em base *pro rata die*.

m. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstrados ao valor presente, incluídas de suas taxas e devidos encargos aplicáveis.

n. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras semestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras semestrais e a data na qual é autorizada a emissão destas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do semestre a que se referem as demonstrações financeiras semestrais (evento subsequente ao período contábil a que se referem as informações que originam ajustes); e
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras semestrais (evento subsequente ao período contábil a que se referem as informações que não originam ajustes).

o. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A IDTVM Ltda. elaborou, de forma espontânea, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

p. Resultado por quota

O resultado por quota da Instituição é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos cotistas pelo número de quotas.

q. Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

As políticas internas da IDTVM consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Contrato Social, ou seja, “(i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; (iii) comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência; (iv) encarregar-se da administração de carteiras e custódias de títulos e valores mobiliários; (v) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento”. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 2 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o resultado líquido dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021, no montante de R\$13.732 e R\$1.837, respectivamente, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades	34.774	20.414
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	-	23.001
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>34.774</u>	<u>43.415</u>

(*) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor de mercado (Vide nota explicativa 5).

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações em operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	23.001
Debêntures	134.050	166.458
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	38.902	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	2.999	-
Total	<u>175.951</u>	<u>189.459</u>

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez foram:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras	1.976	875
Total	<u>1.976</u>	<u>875</u>

6 Títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Carteira própria	101.982	87.012
Títulos Públicos	6.892	6.521
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	6.892	6.517
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	4
Títulos Privados	95.090	80.491
Certificados de depósitos bancários	15.504	20.181
Certificados de Recebíveis Agrícolas	18.389	10.889
Debêntures	30.015	17.336
Certificados de Recebíveis Imobiliários	8.768	7.774
Letra de crédito imobiliário	744	9.074
Letra de crédito agrícola	21.670	15.237
Vinculados a prestação de garantias	17.166	16.235
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	17.166	16.235
Total de títulos e valores mobiliários	119.148	103.247
Circulante	10.422	14.939
Não circulante	108.726	88.308

	<u>30/06/2022</u>					<u>31/12/2021</u>					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Para Negociação											
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	592	-	23.466	-	24.058	24.017	41	22.752	22.895	(143)
Notas do tesouro nacional (NTN)	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	-
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	2	217	525	-	-	744	744	-	9.074	9.116	(42)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	228	3.916	627	3.997	8.768	8.749	19	7.774	7.631	143
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	2.917	9.152	3.156	3.164	18.389	18.478	(89)	10.889	10.899	(10)
Certificados de Depósitos bancários	9	2.455	11.307	1.733	-	15.504	15.535	(31)	20.181	20.194	(13)
Debêntures	4	37	15.107	4.555	10.312	30.015	30.232	(217)	17.336	17.573	(237)
Letras de Crédito Agrícola (LCA)	158	3.803	14.056	3.653	-	21.670	21.682	(12)	15.237	15.501	(264)
Total	173	10.249	54.063	37.190	17.473	119.148	119.437	(289)	103.247	103.813	(566)
						Total do Circulante	10.422		Total do Circulante	14.939	
						Total do não Circulante	108.726		Total do não Circulante	88.308	

As rendas de títulos e valores mobiliários foram:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2022</u>
Rendas de títulos de renda fixa	12.122	4.639
Resultado de aplicações em fundos de investimento	458	-
Resultado com títulos e valores mobiliários	12.580	4.639

7 Outros ativos financeiros

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamentos a terceiros (a)	717	1.006
Devedores diversos (b)	17.005	16.558
Rendas a receber	10.981	14.078
Impostos e contribuições a compensar	10.351	8.103
Depósitos em garantia na Bolsa de Valores	2.103	2.038
Valores a receber intergrupo	929	44
Outros valores	1.028	-
Total	<u>43.114</u>	<u>41.827</u>

(a) Referem-se, principalmente, à saldos mantidos junto aos fundos de garantia de liquidação de sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação.

(b) Referem-se a valores a receber provenientes do programa de remuneração/incentivo que a B3 possui pela IDTVM e seus clientes operarem nela, em 2021 houve a renovação do programa e portanto os valores a pagar pela B3 foram mais altos.

8 Créditos Tributários

	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em 30/06/2022</u>
Marcação a mercado de títulos e valores mobiliários	227	492	(377)	342
Total	<u>227</u>	<u>492</u>	<u>(377)</u>	<u>342</u>

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Prejuízo fiscal	1.503	2.903	(4.406)	-
Marcação a mercado de títulos e valores mobiliários	-	1.412	(1.185)	227
Total	<u>1.503</u>	<u>4.315</u>	<u>(5.590)</u>	<u>227</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em estudo de realização do crédito tributário, conforme demonstrado abaixo:

Período	<u>30/06/2022</u>					
	<u>Base créditos diferidos</u>		<u>IR</u>		<u>CSLL</u>	
	<u>Base do crédito</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Valor crédito</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Valor crédito</u>	<u>Valor presente</u>
2022	855	834	214	208	128	31
Total geral	<u>855</u>	<u>834</u>	<u>214</u>	<u>208</u>	<u>128</u>	<u>31</u>

Período	<u>31/12/2021</u>					
	<u>Base créditos diferidos</u>		<u>IR</u>		<u>CSLL</u>	
	<u>Base do crédito</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Valor crédito</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Valor crédito</u>	<u>Valor presente</u>
2021	567	511	142	128	85	77
Total geral	<u>567</u>	<u>511</u>	<u>142</u>	<u>128</u>	<u>85</u>	<u>77</u>

9 Intangível

	Taxa anual amortização	30/06/2022		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual
Direito de Uso	20%	1.135	(2.169)	(1.034)
Software	20%	6.950	-	6.950
Intangível em andamento (a)		11.482	-	11.482
Total de Intangível		19.567	(2.169)	17.398

	Taxa anual amortização	31/12/2021		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual
Direito de Uso	20%	972	(753)	219
Software	20%	756	-	756
Intangível em andamento (a)		11.912	-	11.912
Total de Intangível		13.640	(753)	12.887

- (a) Intangível em andamento refere-se a gastos com projetos de novos produtos ou serviços que visam incrementar a receita do IDTVM, e ainda não foram finalizados.

	31/12/2021	Adição	Baixas	Transferências	Amortização	30/06/2022
Direito de Uso	312	894	(515)	-	(272)	419
Software	663	-	-	5.977	(1.258)	5.382
Intangível em andamento	11.911	8.205	(2.543)	(5.977)	-	11.596
Total do intangível	12.887	9.099	(3.058)	-	(1.530)	17.398

	31/12/2020	Adição	Baixas	Transferências	Amortização	31/12/2021
Direito de Uso	3.228	4.767	-	(7.233)	(450)	312
Software	400	374	(111)	-	-	663
Intangível em andamento	460	4.219	-	7.233	-	11.911
Total do intangível	4.088	9.360	(111)	-	(450)	12.887

10 Obrigações por empréstimos e repasses

	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações por empréstimos no país	105.166	98.865
Total	105.166	98.865

As despesas com obrigações por empréstimo foram:

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com empréstimos – Ligadas (*)	(6.302)	(867)
Total	(6.302)	(867)

(*) Vide nota explicativa 20.

11 Captações em mercado aberto

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Certificado de recebíveis imobiliários	38.901	-
Debêntures	134.079	166.500
Total	<u>172.980</u>	<u>166.500</u>

Refere-se a realização de operações compromissadas lastreadas com títulos de terceiros. As despesas com captação em mercado aberto foram:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas com operações compromissadas	(955)	-
Total	<u>(955)</u>	<u>-</u>

12 Outros passivos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Credores diversos (a)	4.220	619
Provisão para despesas de pessoal	2.463	1.034
Impostos e contribuições sobre salários	182	297
Outros impostos e contribuições a recolher	8.441	8.101
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	89	12
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	9.950	12.317
Cessões a pagar e pagamentos diversos (b)	6.484	7.135
Negociação e intermediação de valores (c)	17.508	22.766
Outras obrigações	399	-
Total	<u>49.736</u>	<u>52.281</u>
	Circulante	49.736
	Não circulante	-

- (a) O saldo de Credores diversos é composto por reembolsos ao Banco Inter. Os reembolsos tratam-se de rateios com despesas de pessoal, manutenção de sistema, serviços de telecomunicação, dentre outros.
- (b) Referem-se a valores recebidos de clientes para aplicações financeiras (título de renda fixa e renda variável), que foram recebidos fora do horário de funcionamento do mercado. Estes valores recebidos são aplicados no dia seguinte.
- (c) Referem-se a valores pendentes de liquidação de pessoas físicas ou jurídicas, em operações a de renda fixa ou variável. Sua liquidação é realizada no prazo entre D+1 e D+5.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2022 o capital social da Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. perfazia o montante de R\$25.000.

b. Reserva de lucros

i. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

ii. Reserva de retenção de lucros

O resultado do período apresentou o saldo de R\$13.732, do qual foi constituído para reserva de lucros.

c. Política de distribuição de dividendos

Conforme contrato social, o lucro líquido apurado é distribuído ou suportado conforme definição nas reuniões de sócios.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, ocorreu a distribuição de dividendos no valor de R\$352.

d. Resultado por quota

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	13.732	1.837
Número de quotas	25.000	25.000
Lucro por quotas (R\$)	0,58748	0,07348

14 Receita de prestação de serviços

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Administração de fundos	2.216	1.568
Intermediação de títulos e valores mobiliários	25.112	10.660
Rendas de corretagens e operações em bolsa	7.573	2.826
Outros serviços	1.432	200
Total	<u>36.333</u>	<u>15.254</u>

15 Despesas de pessoal

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Salários	(2.281)	(1.393)
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(185)	(259)
Encargos sociais e previdenciários	(890)	(536)
Participação nos lucros	(1.726)	(157)
Despesas de férias e 13º salário	(635)	(305)
Benefícios	(627)	(403)
Outros	(209)	(35)
Total	<u>(6.553)</u>	<u>(3.088)</u>

16 Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Processamento de dados	(7.490)	(3.144)
Aluguel	(63)	(53)
Comunicação	(120)	(63)
Despesas de custódia	(3.977)	(9.841)
Serviços técnicos especializados	(3.252)	(841)
Propaganda e publicidade	(53)	(29)
Manutenção e conservação de bens	(10)	(3)
Despesas cartoriais e judiciais	(2)	(9)
Amortização e depreciação	(1.534)	(273)
Outros	(903)	(428)
Total	<u>(17.854)</u>	<u>(14.684)</u>

17 Outras receitas operacionais

Referem-se a receita decorrente do programa de incentivos para corretoras, com o objetivo de aumentar a base de investidores e incentivar que os participantes promovam ativamente o investimento em renda variável. O programa consiste no pagamento de uma bonificação aos agentes de custódia participantes do Tesouro Direto e aos participantes detentores de autorização de acesso para custódia no Segmento B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão. O valor da bonificação varia de acordo com o desempenho dos participantes e com o cumprimento de metas de expansão da base de investidores e evolução do estoque da instituição. No semestre findo em 30 junho de 2022, o montante de outras receitas operacionais totalizava R\$ 10.445. (Já no semestre findo em 30 de junho de 2021, os valores totalizavam R\$4.153).

18 Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Reembolso/devolução de valores (a)	(1.647)	(1.100)
Perdas operacionais	(377)	-
Outras	-	(95)
Total	<u>(2.024)</u>	<u>(1.195)</u>

(a) Despesas referente. a pagamento de cashback para clientes em operações dentro da plataforma *Home Broker*.

19 Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2022		30/06/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	23.910	23.910	2.521	2.521
Adições (exclusões) líquidas	289	289	(756)	(756)
Base de Cálculo	24.199	24.199	1.765	1.765
Alíquota efetiva (15%)	(3.630)	(4.256)	(265)	(265)
Alíquota adicional (10%)	(2.408)	-	(165)	-
Dedução legal	-	-	11	-
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(6.038)	(4.256)	(419)	(265)
Provisão para imposto de renda		(6.038)		(419)
Provisão para contribuição social		(4.256)		(265)
Ativo fiscal diferido		116		-
Total Imposto de renda e contribuição social		(10.178)		(684)

20 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições pactuadas entre as partes e vigentes nas datas das operações. As transações estão assim representadas:

	2022		2021	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Controlador				
Disponibilidades	34.774	-	26.535	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	-	1.976	19.500	42
Obrigações por empréstimos no país (b)	105.166	(6.302)	98.865	(867)
Credores diversos	(4.220)	-	(21.407)	-
Reembolsos	-	(1.647)	-	(1.100)
Total	135.720	(5.973)	123.493	(1.925)

- (a) As aplicações interfinanceiras correspondem a CDBs, LCIs e LCAs pós-fixados. As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigente nas datas das operações.

- (b) No período findo em 30 de junho de 2022 a Inter DTVM possui três contratos de empréstimo de capital de giro ativos, junto ao seu controlador Banco Inter S.A. O empréstimo foi pactuado com uma taxa inferior das demais operações realizadas pelo Banco Inter junto aos seus clientes. A taxa média aplicada para as operações de capital de giro pós domicílio gira em torno de 0,5% a.m acrescida à CDI mensal. O empréstimo realizado entre a IDTVM e o Banco Inter S.A. foi pactuado com taxa de 110% do CDI mensal, visto que são operações de curto prazo e com pagamento em parcela única.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos Administradores da Inter DTVM para o semestre findo em 30 de junho de 2022 é de R\$184 (2021: R\$259).

21 Gerenciamento de risco

A gestão de riscos financeiros da Inter DTVM Ltda. é realizada em conjunto pelo conglomerado Inter e reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, para contemplar risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A área de gestão de riscos financeiros está subordinada a um Diretor Executivo e é centralizada no seu Controlador Banco Inter S.A.

a. Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- A ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis;
- A possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas a fim de evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

Uma das medidas adotadas pelo Inter é a utilização do *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) — Nível de Cobertura de Liquidez — de curto prazo conforme recomendado pelo Comitê de Basileia.

O Inter possui estrutura dedicada ao monitoramento, ao controle e à análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda nacional. Além disso, a Instituição estabelece diretriz e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente pelo Comitê de Riscos e que visa a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. A política de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos, revistos periodicamente

seguinto as definições da Alta Administração.

b. Gestão de riscos de mercado

O Risco de Mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Instituição.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

O Inter utiliza metodologia estatística para mensurar e gerenciar o Risco de Mercado das suas posições, condizente com a realidade do mercado e a complexidade das suas operações. A Instituição realiza a supervisão e o monitoramento dos limites e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração do seu controlador, sendo efetuados com base nos resultados da avaliação dos valores sujeitos a riscos de mercado com a aplicação da metodologia *Value at Risk* (VaR), bem como na realização de testes de estresse, buscando antecipar ações para situações adversas.

c. Gestão de riscos operacionais

Em atendimento à Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional, a Instituição constituiu o Comitê de Riscos que é composto por titulares das áreas administrativas e que se encontra diretamente vinculado à Diretoria Executiva. Esse comitê tem a responsabilidade pelo acompanhamento da gestão do risco operacional, estabelecendo limites, assegurando a segregação de funções e a atribuição de responsabilidades, bem como garantindo que a política de Riscos Operacionais seja praticada em sua plenitude.

Além do Comitê de Riscos, a Instituição conta com uma estrutura de gestão de Riscos Operacionais com atribuições de identificar, avaliar, mitigar e monitorar os riscos de forma constante e efetiva. Este trabalho objetiva suportar principalmente os interesses dos clientes, acionistas e colaboradores, garantindo assim o fluxo normal de suas atividades e operações.

d. Gestão de risco de crédito

A Instituição também conta com uma estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito suportada pelo Comitê de Riscos. Uma das funções deste Comitê é a de implementar políticas e estratégias para o seu gerenciamento, de acordo com o disposto na Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional.

Dessa forma, o Comitê de Riscos possui a responsabilidade pelo acompanhamento e aderência da política de Risco de Crédito, bem como, no período de suas atribuições, da fixação de limites.

(i) Hierarquia de valor justo

O valor justo dos ativos e passivos são mensurados de acordo com os níveis de informação disponíveis:

- **Nível 1:** São usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.
- **Nível 2:** São usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.
- **Nível 3:** São usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Inter estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

	30/06/2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	295.099	175.951	119.148	-
Aplicações financeiras de liquidez	175.951	175.951	-	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	119.148	-	119.148	-

	31/12/2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	292.706	189.459	103.247	-
Aplicações financeiras de liquidez	189.459	189.459	-	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	103.247	-	103.247	-

22 Outras Informações

a. Ouvidoria

A Ouvidoria do Grupo Inter atua como canal de relacionamento entre os clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados e no tratamento e mediação de conflitos. A Ouvidoria tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, atuando com transparência e imparcialidade e, ainda, possui o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. As ocorrências recebidas pela Ouvidoria são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até 10 dias úteis, em estrita consonância com a Resolução 4.860/20 do Banco Central do Brasil.

b. Coronavírus (COVID-19)

No semestre encerrado em 30 de junho de 2022, os eventos e condições gerados pela disseminação do novo Coronavírus (COVID-19) continuam sendo monitorados. Em função do COVID-19, uma série de decisões foram tomadas para manter a qualidade dos serviços prestados, bem como para garantir a segurança dos clientes, colaboradores e fornecedores do Inter. Todos os impactos advindos da pandemia têm sido acompanhados de perto pela Administração, juntamente com os impactos futuros à pandemia, onde ainda são incertos quanto ao grau de relevância e de sua duração.

23 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

* * *

Diretor Presidente

Felipe Bottino

Diretor Vice-Presidente

Alexandre Riccio de Oliveira

Marco Túlio Guimarães

Diretoria

Ana Luiza Vieira Franco Forattini

Janderson de Miranda Facchin

Lucas de Souza Bernardes

Maria Clara Guimarães Gusmão

Ray Tarick Pereira Chalub

Thiago Garrides Cabral de Lima

Contador responsável

Vanderson Gonçalves Brandão

CRC- 1SP253620/O-7